

custo e será autorizada a captação de acordo com relevância, público alvo a ser atingido e capacidade de representar atrativo turístico e cultural a cidade de Angra dos Reis.” (NR)

III - Fica revogado o parágrafo único do art. 10.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, 21 DE JANEIRO 2022.
FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO
Prefeito

LEI Nº 4.046, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

ALTERA A REMUNERAÇÃO DO CARGO DE VIGILANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica alterada para 108 a referência salarial do cargo de vigilante.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário, previstas na Lei Municipal nº 1.683 de 26 de maio de 2006.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, 21 DE JANEIRO 2022.
FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO
Prefeito

LEI Nº 4.047, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPÕE A COMPETÊNCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CRIA O ADICIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E REVOGA A LEI 2.020, DE 18 DE JUNHO DE 2008.

Art. 1º Compete à Vigilância Sanitária Municipal, além do previsto na Lei Municipal 3.208, de 26 de dezembro de 2013, - Código Sanitário do Município de Angra dos Reis:

I – realizar a fiscalização sanitária dos estabelecimentos e locais onde se proceda ao fabrico, produção, beneficiamento, manipulação, acondicionamento, conservação, armazenamento, transporte, distribuição, venda e consumo de alimento, bem como do comércio ambulante onde se encontrem alimentos e feiras livres;

II – realizar a fiscalização sanitária dos gêneros alimentícios, bem como bebidas e água para consumo humano;

III - realizar a fiscalização sanitária na comercialização de cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes;

IV – fiscalizar o estado de asseio dos indivíduos que fabriquem, produzam,

manipulem, acondicionem, armazenem, transportem, distribuam e comercializem alimentos, bem como os que exerçam atividades que mereçam atenção da fiscalização sanitária;

V – atender às solicitações das autoridades estaduais e federais na fiscalização sanitária dos alimentos dos ambientes e processos de trabalhos no comércio e na indústria, visando à segurança, à higiene e à saúde do trabalhador e do consumidor de alimentos;

VI – coletar e encaminhar a laboratório oficial amostra de alimentos, de aditivos para alimentos e de matérias-primas alimentares para fins de controle de qualidade ou análise fiscal;

VII – apreender e/ou inutilizar os alimentos e matérias-primas alimentares ou não alimentares, julgados após exame laboratorial, adulterados, falsificados ou deteriorados, bem como os aparelhos de utensílios que não satisfaçam as exigências regulamentares;

VIII – lavrar termos de intimação, autos de infração, de interdição, de apreensão e de inutilização;

IX - apresentar, quando necessário, boletins diários de suas atividades;

X – apresentar relatórios periódicos fiscais;

XI – realizar fiscalização sanitária em serviços de saúde, consultórios médicos, odontológicos, clínicas sem internação, óticas, academias, lavanderias, salões de beleza e cemitérios;

XII – realizar fiscalização sanitária em área de produção e comércio de farmácias, postos de medicamentos e dispensários;

XIII – realizar fiscalização sanitária em área de engenharia sanitária em estabelecimentos educacionais, piscinas públicas, comércio em geral, inspeção habitacional;

XIV – apreensão de animais de pequeno e médio porte;

XV – coleta de água para análise.

Art. 2º Compõem a Vigilância Sanitária Municipal os seguintes cargos de provimento efetivo:

I – Agente Fiscal Sanitário, de nível médio, conforme a Lei municipal nº 4.035, de 17 de dezembro de 2021;

II – Especialista Sanitário, de nível superior, com as seguintes especialidades:

- a) Engenheiro;
- b) Enfermeiro;
- c) Farmacêutico;
- d) Médico;
- e) Médico veterinário;
- f) Nutricionista;
- g) Odontólogo;
- h) Biomédico.

Parágrafo único. São atribuições do Especialista Sanitário as atividades especializadas de regulação, inspeção, fiscalização e controle das instalações físicas da produção e da comercialização de alimentos, medicamentos e insumos sanitários, bem como à implementação de políticas e à realização de estudos e pesquisas respectivas a essas atividades, entre outras correlatas a serem previstas em ato do Poder Executivo.

Art. 3º Até o provimento dos cargos de Especialista Sanitário, aos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo de nível superior e que sejam lotados, a bem do interesse público, na Vigilância Sanitária, será devido:

I - adicional de 100% (cem por cento), em razão da atividade e do local, a

incidir sobre os vencimentos iniciais;

II – adicional de produtividade fiscal, equivalente ao percentual de até 50% (cinquenta por cento), a incidir sobre o vencimento base, na forma da Lei Municipal nº 4.035, de 17 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Os indicadores de produtividade do nível superior serão os previstos no Anexo I.

Art. 4º Ficam criados 24 (vinte e quatro) cargos de especialista sanitário, com os vencimentos previstos no Anexo II.

Parágrafo único. A percepção do adicional de produtividade fiscal exclui o recebimento de horas extras.

Art. 5º Fica revogada a Lei 2.020, de 28 de julho de 2008.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor em 1º de fevereiro de 2022.

MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, 21 DE JANEIRO 2022.
FERNANDO ANTÔNIO CECILIANO JORDÃO

Prefeito

ANEXO I

TABELA 1 – INDICADORES DE PRODUTIVIDADE

Cód.	GRUPO A – INSPEÇÃO	Pontos
A2	ACADEMIA DE GINÁSTICA	100 PONTOS
A2	AÇOUGUE	100 PONTOS
A2	ANÁLISE DE BALANÇO DE CONTROLADOS	100 PONTOS
A2	ANÁLISE E REGISTRO DE LIVRO DE ÓTICA	100 PONTOS
A2	AMBULÂNCIA TIPO A	100 PONTOS
A2	APLICAÇÃO DE PIERCING/TATUAGEM	100 PONTOS
A2	BAR E SIMILARES	100 PONTOS
A2	CASA DE TINTAS	100 PONTOS
A2	CEMITÉRIO E FUNERÁRIAS	100 PONTOS
A2	CLUBES E ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS	100 PONTOS
A2	CONSULTÓRIO MÉDICO	100 PONTOS
A2	CONSULTÓRIO DE OUTRAS CATEGORIAS DA SAÚDE	100 PONTOS
A2	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	100 PONTOS
A2	CONSULTÓRIO VETERINÁRIO	100 PONTOS
A2	DROGARIA E FARMÁCIAS	100 PONTOS
A2	ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS	100 PONTOS
A2	HORTIFRUTTI	100 PONTOS
A2	HOTEL/ MOTEL/ Pousada e congêneres	100 PONTOS
A2	INSTITUTO/SALÃO DE BELEZA	100 PONTOS
A2	LOCAL DE LAZER E RELIGIOSO	100 PONTOS
A2	LOJAS DE MARMORARIA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	100 PONTOS
A2	MERCADO	100 PONTOS
A2	OFICINA MECÂNICA	100 PONTOS
A2	ÓTICA	100 PONTOS
A2	OUTRAS ATIVIDADES DE OBJETO DE ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	100 PONTOS
A2	PADARIA	100 PONTOS
A2	PEIXARIA	100 PONTOS
A2	PET SHOP/ AGROPECUÁRIA	100 PONTOS
A2	PISCINA DE USO PÚBLICO	100 PONTOS
A2	POSTO DE COLETA LABORATORIAL	100 PONTOS
A2	POSTO DE MEDICAMENTO/ DISPENSÁRIO	100 PONTOS
A2	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALIMENTOS/MEDICAMENTOS	100 PONTOS
A2	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	100 PONTOS
A2	TRANSPORTE DE PRODUTOS DE SAÚDE E DE INTERESSE A SAÚDE	100 PONTOS
A3	ANÁLISE DE VISTO EM PLANTA OBJETO DE ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	150 PONTOS
A3	AMBULÂNCIA TIPO B, C e D	150 PONTOS
A3	CLÍNICA MÉDICA SEM INTERNAÇÃO	150 PONTOS
A3	CLÍNICA DE ESTÉTICA	150 PONTOS
A3	CLÍNICA ODONTOLÓGICA	150 PONTOS
A3	CLÍNICA DE OUTRAS CATEGORIAS DA SAÚDE	150 PONTOS
A3	CLÍNICA VETERINÁRIA	150 PONTOS

A3	CLÍNICA DE RADIODIAGNÓSTICO, DE IMAGEM E DE MEDICINA NUCLEAR	150 PONTOS
A3	CRECHE	150 PONTOS
A3	DISTRIBUIDORA/IMPORTADORA DE PRODUTOS SUJEITOS A VIGILÂNCIA SANITÁRIA	150 PONTOS
A3	FARMÁCIA COM MANIPULAÇÃO	150 PONTOS
A3	INSTITUTO DE LONGA PERMANÊNCIA	150 PONTOS
A3	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	150 PONTOS
A3	LABORATÓRIOS	150 PONTOS
A3	LABORATÓRIO PRÓTESE	150 PONTOS
A3	LAVANDERIAS	150 PONTOS
A3	LAVANDERIAS HOSPITALARES	150 PONTOS
A3	RESTAURANTE/FOODTRUCKS	150 PONTOS
A3	SUPERMERCADOS	150 PONTOS
A3	SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO DE SAÚDE	150 PONTOS

Cód.	GRUPO B – AUTUAÇÕES	Pontos
B1	ADVERTÊNCIA	100 PONTOS
B1	INTIMAÇÃO	100 PONTOS
B1	NOTIFICAÇÃO	100 PONTOS
B1	IMPOSIÇÃO DE MENSAGEM RETIFICADORA	100 PONTOS
B2	SUSPENSÃO	150 PONTOS
B2	PROIBIÇÃO	150 PONTOS
B2	INFRAÇÃO LEVE	150 PONTOS
B3	APREENSÃO	250 PONTOS
B3	INUTILIZAÇÃO	250 PONTOS
B4	CANCELAMENTO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO	300 PONTOS
B4	INFRAÇÃO GRAVE	300 PONTOS
B5	INTERDIÇÃO	400 PONTOS
B5	DESINTERDIÇÃO	400 PONTOS
B5	INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA	400 PONTOS
B6	MULTA NO VALOR DE ATÉ R\$ 75.000,00	500 PONTOS
B7	MULTA NO VALOR DE ATÉ R\$ 200.000,00	750 PONTOS
B8	MULTA NO VALOR DE ATÉ R\$ 1.500.000,00	1000 PONTOS
B9	MULTA NO VALOR ACIMA DE R\$ 1.500.000,00	1250 PONTOS

Cód.	GRUPO C – DEMAIS ATIVIDADES	Pontos
C1	INFORMAÇÃO EM PROCESSO INTERNO	50 PONTOS
C1	LAVRATURA DE ROTEIRO DE INSPEÇÃO, RÓTULO DE INVIOABILIDADE DE AMOSTRAS E DE AMOSTRAS DE CONTRAPROVA, LAUDO TÉCNICO DE INSPEÇÃO E TERMO DE VISITA	50 PONTOS
C1	LIBERAÇÃO DE LICENCIAMENTO SANITÁRIO	50 PONTOS
C1	PROCEDIMENTOS POR MEIOS ELETRÔNICOS	50 PONTOS
C2	ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	100 PONTOS
C2	ANÁLISE E/OU PARECER EM PROCESSO	100 PONTOS
C2	ATENDIMENTO A ORDEM DE SERVIÇO	100 PONTOS
C2	COLETA DE AMOSTRA PARA ANÁLISE	100 PONTOS
C2	DESPACHO E/OU ENCAMINHAMENTO PROCESSUAL	100 PONTOS
C2	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS	100 PONTOS
C2	INSTAURAÇÃO DE PROCESSO INTERNO	100 PONTOS
C2	OUTRAS ATIVIDADES INERENTES ÀS ATRIBUIÇÕES DO CARGO	100 PONTOS
C3	ATIVIDADE EDUCACIONAL/PALESTRA	150 PONTOS
C3	INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO SANITÁRIO	150 PONTOS
C3	INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO	150 PONTOS
C3	PLANTÃO PARA ATENDIMENTO VIA INTERNET	150 PONTOS
C3	SERVIÇO ESPECIAL DESIGNADO PELO SECRETÁRIO, DIRETOR, COORDENADOR, GERENTE DE SERVIÇO/DIA (AUTORIDADES SUPERIORES)	150 PONTOS
C3	SERVIÇO EM SUBSTITUIÇÃO AO DIRETOR, COORDENADOR, GERENTE, CHEFE DE SERVIÇO/DIA (AUTORIDADES SUPERIORES)	150 PONTOS
C3	VISTORIA EM DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES	150 PONTOS
C4	PARTICIPAÇÃO EM CURSO/DIA	300 PONTOS
C4	PRONTIDÃO OU SOBREAVISO/DIA	300 PONTOS

TABELA 2 – FAIXAS DE PONTUAÇÃO X PRODUTIVIDADE

PONTUAÇÃO	PRODUTIVIDADE
1000 até 2999 pontos	12,5%
3000 até 3999 pontos	25%

4000 até 4999 pontos	37,5%
A partir de 5000 pontos	50 %

ANEXO II

CARREIRA	INICIAL	I	II	III	IV	ESPECIAL
Especialista Sanitário	R\$11.506,11	R\$14.215,06	R\$15.281,77	R\$16.427,14	R\$17.742,14	R\$19.250,00

LEI Nº 4.048, DE 21 DE JANEIRO DE 2022

AUTOR: PREFEITO MUNICIPAL, FERNANDO ANTÔNIO CECLIANO JORDÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ORGANIZA AS CARREIRAS DE CONTROLE INTERNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

Art. 2º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal abrange as unidades da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Município de Angra dos Reis, visa a assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos e à avaliação dos resultados obtidos pela administração, nos termos dos artigos 70 e 74 da Constituição Federal e 122 a 124 e 129 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e tem por finalidade subsidiar:

I – o exercício da direção superior da Administração Pública Municipal, a cargo do Prefeito Municipal;

II – o aperfeiçoamento da gestão e governança pública, nos aspectos de formulação, planejamento, coordenação, execução e monitoramento das políticas públicas, pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

TÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 3º O Controle Interno do Poder Executivo Municipal compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 4º Entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de órgãos, funções e atividades de controle que devem agir de forma articulada, multidisciplinar, integrada e sob a orientação técnico-normativa da Controladoria-Geral do Município, que é o órgão Central de Controle Interno, orientados para o desempenho das atribuições de controles internos indicados na Constituição e normatizadas através desta Lei, compreendendo particularmente:

I – a instituição de procedimentos administrativos na execução dos atos de gestão financeira, orçamentária, patrimonial, contábil e administrativa, inclusive de gestão de pessoas, visando garantir, com razoável segurança, o alcance dos objetivos institucionais;

II – a eficácia, transparência e segurança da aplicação, gestão, guar-

da e arrecadação de bens, valores e dinheiros públicos municipais ou pelos quais o município seja responsável;

III – o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;

IV – o controle exercido pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;

V – o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

VI – o controle exercido pela Controladoria-Geral do Município destinado a avaliar a eficiência e a eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os órgãos referidos no caput deste artigo deverão se submeter às disposições desta lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito do Poder Executivo Municipal que abranger as administrações Direta e Indireta.

Art. 5º Para efeitos desta Lei, entende-se como:

I – Unidade Central de Controle Interno – UCI: a Controladoria-Geral do Município dotada de autonomia orçamentária e gerencial, responsável pela coordenação e definição de diretrizes gerais do sistema de controle interno, sem prejuízo das demais funções que lhes são atribuídas pela Constituição da República Federativa do Brasil, por esta Lei e/ou em ato normativo próprio, observado o princípio da segregação de funções;

II – Unidade de Controle Interno – UC: a unidade do órgão da administração direta ou entidade da administração indireta diretamente subordinada ao respectivo titular do órgão ou entidade e tecnicamente vinculada à UCI, responsável pela definição e avaliação das metodologias de controles dos respectivos órgãos ou entidades e ainda pela identificação e avaliação de riscos aos objetivos organizacionais, sem prejuízo das demais funções que lhes são atribuídas por esta lei ou em ato normativo próprio, observado o princípio da segregação de funções;

III – Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno: as diversas unidades responsáveis pela execução dos processos de trabalho relacionados aos sistemas administrativos da entidade ou órgão, pela identificação e avaliação dos riscos inerentes a esses processos, pela execução das rotinas de trabalho e dos procedimentos de controle destinados à mitigação dos riscos;

IV – Sistemas Administrativos: conjunto de atividades integradas e vinculadas, relacionadas a funções finalísticas e de apoio, necessárias ao alcance dos objetivos organizacionais e que estejam presentes em toda administração pública, tais como planejamento, recursos humanos, finanças, contabilidade e outras, executadas sob a orientação técnica do respectivo responsável pelo órgão ou entidade;

V – Auditoria Interna: atividade de controle desempenhada pela UC ou pela UCI com a finalidade de avaliar a legalidade, legitimidade, efetividade, eficiência e eficácia dos processos administrativos, programas e projetos governamentais por meio de instrumentos e técnicas próprias, identificar e avaliar riscos e subsidiar a proposição de melhorias e reformulações dos referidos sistemas. A auditoria interna é dividida em: auditoria interna de conformidade e auditoria interna operacional e auditoria de gestão;

a) auditoria interna de conformidade: quando o objetivo for examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos dos responsáveis pelos órgãos ou entidades;